



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 02 2016	15h33min	2ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 2ª
(SEGUNDA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016.**

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Há número regimental. Está aberta a presente sessão ordinária, de 03 de fevereiro de 2016, às 15h33min.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Rodrigo Delmasso a secretariar os trabalhos da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O Expediente lido vai à publicação.

Tendo em vista que, neste momento, às 15h37min, estamos em plenário somente eu e o Deputado Rodrigo Delmasso, suspendo a sessão por dez minutos, para que se possa completar o *quorum* para os debates.

Faço um apelo aos Deputados para que venham ao plenário, a fim de que possamos, pelo menos, falar sobre a violência, sobre o *Aedes aegypti*, o mosquito da dengue, que está tomando conta da cidade, uma série de coisas. Afinal de contas, hoje é quarta-feira!

(Suspensa às 15h37min, a sessão é reaberta às 15h47min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Tendo em vista que se completou o *quorum* para os debates, reabro a presente sessão.

Convido o nobre Deputado Prof. Israel para presidir a sessão.

(Assume a Presidência o Deputado Prof. Israel.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 02 2016	15h33min	2ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL) – Dá-se início ao
PEQUENO EXPEDIENTE

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Convido o Deputado Roosevelt Vilela para fazer uso da palavra pela liderança do PSB.

O Deputado Roosevelt Vilela não se encontra.

O Deputado Chico Leite, pela Rede Sustentabilidade, também não se encontra.

Convido o Deputado Rodrigo Delmasso, pelo bloco Amor por Brasília. (Pausa.)

Não se encontra.

Eu abro mão da fala. Pergunto ao Deputado Prof. Reginaldo Veras se quer usar a fala em meu nome pelo bloco Sustentabilidade, Trabalhismo e Solidariedade.

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (Bloco Sustentabilidade, Trabalhismo e Solidariedade. Como líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde a todos os presentes.

Venho a esta tribuna tratar de um tema que ontem foi rapidamente abordado pelo Deputado Wasny de Roure, mas que merece a nossa atenção e a nossa queixa aqui.

Os professores e orientadores educacionais aposentados não receberam a pecúnia da licença-prêmio – e isso já foi bastante divulgado aí pela mídia e já foi fruto de algumas reuniões entre o sindicato, os professores e os membros do Governo do Distrito Federal.

No item nº 9 da proposta acordada entre o Governo e o sindicato no ano passado, durante as negociações para o término da greve dos profissionais de educação – negociações essas em que eu estava presente e fui um dos intermediadores –, ficou estabelecido que as pecúnias não pagas seriam quitadas entre dezembro de 2015 e março de 2016. Ressalto aqui: todas as pecúnias não pagas aos profissionais de educação seriam pagas entre dezembro de 2015 e março de 2016.

Segundo o acordo, seriam realizados créditos mensais de dezembro a março, com o objetivo de quitar todas as pecúnias das licenças-prêmio não pagas durante o ano de 2015.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 02 2016	15h33min	2ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

Entretanto, em mesa de negociação, agora no mês de janeiro, o Governo afirmou que o que seria pago até março de 2016 seriam as pecúnias referentes aos meses de junho e julho do referido ano. Os demais meses, como não estavam empenhados, não fariam parte do acordo. A meu ver, tais declarações do governo configuram, sim, uma quebra de acordo.

Então, vamos deixar claro: eu intermediei junto com outros Parlamentares e com outras comissões uma negociação entre Governo e professores para que as pecúnias fossem quitadas entre dezembro e março. Só que agora o Governo me veio com uma interpretação pessoal, que não é a interpretação da categoria e que não é a minha interpretação.

Logo, eu concordo com os professores que estão mobilizados e concordo que houve, sim, quebra e acordo. E aí fica difícil, como Parlamentar, eu tentar ajudar numa intermediação entre categoria e Governo, para que depois esse acordo seja quebrado!

Com que cara eu irei, Deputado Ricardo Vale... V.Exa. estava comigo numa das negociações. Com que cara nós iremos intermediar a volta de profissionais que estavam em greve ao trabalho? E formular um acordo para que depois esse acordo não seja cumprido?

Não são só os profissionais que acabam se sentindo traídos. Nós também, em nosso papel de intermediador, temos a mesma sensação.

Como professor e Deputado comprometido com a educação pública de qualidade e com a valorização dos profissionais de educação, tenho participado ativamente das negociações e pressionado o Governo para que cumpra a sua parte e honre o compromisso assumido com a categoria.

Estou acompanhando a questão de perto. Um dos compromissos de campanha foi a defesa incondicional dos profissionais de educação e saúde. Os professores e orientadores educacionais podem contar com o meu mandato. E aqui na Câmara, buscarei, de maneira comprometida e responsável, defender a manutenção dos direitos desses profissionais e, acima de tudo, a manutenção dos acordos firmados entre Governo e categorias.

Espero que o Governo tenha sensibilidade, se vire, rebole, invente créditos orçamentários, e que essas pecúnias sejam pagas o mais rápido possível! Afinal de contas, são profissionais que dedicaram quase trinta anos da sua vida à educação pública, e agora, depois de terem sido desrespeitados, por trinta anos, quando merecem o mínimo de crédito, que é receber no momento da aposentadoria, mais uma vez são castigados pelo Estado, mais uma vez são castigados pelo Governo do Distrito Federal. Então espero empenho da equipe econômica e dos demais responsáveis para que esse problema seja solucionado o mais rápido possível e até março, como foi acordado entre governo e categoria.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 02 2016	15h33min	2ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado a todos.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL) – Obrigado, Deputado Prof. Reginaldo Veras. Faço minhas as suas palavras, nós precisamos fazer essa cobrança porque esses profissionais não podem ficar nessa situação logo no fim de sua carreira como professores.

Continuando o Pequeno Expediente, convido a fazer uso da palavra o Deputado Bispo Renato Andrade, como Líder da Minoria. (Pausa.)

Convido a fazer uso da palavra o Deputado Agaciel Maia, como Líder da Maioria. (Pausa.)

Convido a fazer uso da palavra o Deputado Wellington Luiz, pelo Bloco Democrático Trabalhista Progressista. (Pausa.)

Convido a fazer uso da palavra o Deputado Wasny de Roure, pelo Bloco do PT.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu espero que, enquanto fazemos algumas considerações, nós possamos ter a alegria da presença dos colegas Deputados. Espero que, hoje, tenhamos condições de votar, ainda que sejam vetos ou matérias, projetos dos Srs. Deputados.

Eu queria retomar minha fala, pela fala do Deputado Prof. Reginaldo Veras, até porque hoje tivemos um encontro com o Subsecretário Alexandre para tratar da questão das pecúnias com relação aos servidores da educação, da saúde, numa reunião com a presença do Sindsaúde, do Sindicato dos Professores e do SAE, que foi o entendimento que o governo está tendo. E, aí, é importante ter claro que o entendimento do governo está registrado num acordo com os professores que foram à greve e foram à negociação. Com os outros sequer houve negociação, mas ele está tomando como base.

E aí, Deputado Prof. Reginaldo Veras, é importante entender que o governo assumiu o compromisso até o que foi empenhado, que é com aqueles que aposentaram até o mês de junho. E nós temos, do mês de julho a dezembro, em torno de quatrocentos e oito, quatrocentos e nove professores, quarenta e cinco auxiliares de educação e mais de seiscentos na saúde. Há outros segmentos que, naturalmente, tiveram aposentados com direito a licenças que foram preenchidas não com a liberação do servidor, mas com o servidor no trabalho, e o governo alega... Deputado Prof. Israel e Deputado Prof. Reginaldo Veras, essa informação é importante, porque, na negociação da semana passada, o governo não levantou o montante de pessoas nem o impacto que representaria. Nessa reunião, ficou identificado o montante de 80 milhões de reais para concluir o segundo semestre no que diz respeito ao pagamento das pecúnias. Isso sem levar em conta que o governo



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 02 2016	15h33min	2ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

tem de completar o mês, os pagamentos do mês de maio e de junho, o que ele fará até o mês de março.

E aí é onde está a grande dificuldade, porque o secretário alega que vai pagar, sim, entretanto vai pagar com o orçamento deste ano, Deputado Prof. Reginaldo Veras. Deste ano! O orçamento deste ano sequer será suficiente para os que aposentarem em 2016.

Aí, esta Casa – infelizmente o Deputado Agaciel Maia não está presente – tem que negociar nas suplementações orçamentárias do governo as disponibilidades orçamentárias para esse segmento.

Eu quero deixar os colegas de antemão avisados para que nós não negociemos orçamentos sem levar a recomposição para aqueles aposentados. Com inteira concordância...

Deputado Prof. Israel, que é professor, e Deputado Prof. Reginaldo Veras, o que mais me preocupa não é o montante, não é o montante. O que mais me preocupa foram aqueles profissionais que abriram mão de direitos para estar na sala de aula, para estar no hospital e agora lhes querem retirar um direito consignado pela sua dupla execução. Primeiro, porque deixaram de gozar um benefício e, segundo, tendo exercido a função, não querem pagar-lhes.

Então, que fique claro que, de fato, o texto que o governo assina não dá a entender o raciocínio que ele faz, que o pagamento até março é apenas previsto para aqueles que forem empenhados, que era de conhecimento, aqueles que se aposentaram até o mês de junho.

Portanto, eu espero que o sindicato, que tem essa tarefa de dar os desdobramentos nessa luta esteja adiantado.

Eu não poderia deixar aqui... Eu quero falar na presença do Sr. Secretário Igor Tokarski, que é uma pessoa que prezo e por quem tenho apreço enorme, é uma pessoa com quem tenho me familiarizado a cada dia, foi administrador da Região Administrativa de Brasília. Já estive com S.Exa. à época, hoje está aqui conosco.

Mas a declaração que o Sr. Secretário deu, eu espero, Sr. Secretário, que seja absolutamente verdade, que o senhor entendeu que estava se referindo a esta instituição num outro contexto para outra coisa. Porque, aí, eu entendo... Por que para mim é muito caro? Eu não sou um Parlamentar do primeiro mandato, com todo o respeito àqueles que estão no primeiro mandato. Eu estou porque eu acredito no papel desta instituição. Eu acredito no papel da capilaridade de uma instituição que tem que conhecer a cidade, conhecer os mais diferentes rincões, e no papel que nós temos perante a gestão pública, perante o setor produtivo.

Erramos e acertamos, como eu falava há pouco com a jornalista. A decisão da Câmara Legislativa é uma decisão de caráter coletivo, todos aqui respondem, há erros e acertos, mas é a opção que o povo brasileiro fez, consignou na Carta de 88,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 02 2016	15h33min	2ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

a nossa Constituição Maior, que democratizou e disciplinou a sociedade brasileira depois de um período de obscurantismo.

Portanto, o Legislativo para mim, e tenho a certeza de que para cada colega que veio para cá, é um espaço nobre, é um espaço de excelência do ponto de vista do acompanhamento da população. Por isso que muitas vezes somos enxovalhados.

E, Sr. Secretário Igor, estou dizendo para o senhor porque no ano passado, ou melhor, em 2014, como Presidente desta Casa, tive publicamente que pedir desculpa para a população por um equívoco que eu, no exercício da Presidência, fiz. E não tenho vergonha, não tenho vergonha, até de relembrar os momentos dos erros.

Portanto, espero que sirva de aprendizado. V.Exa. tem todo um futuro, mas o seu futuro depende muito da sua construção na trajetória e na relação com o Legislativo. Portanto, espero que haja uma autocrítica para que esta instituição possa se relacionar na altura que o cargo que V.Exa. ocupa.

Eu quero ainda, Sr. Presidente, trazer um último assunto, agora com o Plenário já com vários outros Deputados: é a questão da unidade de saúde dos atendimentos dos portadores de diabetes da cidade de Planaltina.

Hoje estive com o Conselho de Saúde de Planaltina. Quero aqui cumprimentar publicamente – não sei o nome daqueles integrantes –, mas quero cumprimentar cada um deles da tribuna desta Casa.

Eu creio que um servidor, um cidadão, um usuário comum da rede pública que se dispõe a ir para o Conselho e dar do seu tempo, da sua dedicação, do seu cuidado à coletividade, em particular, à saúde, é merecedor do maior respeito possível que possamos ter por eles.

Eu fiquei, Srs. Deputados, absolutamente impressionado, com a qualidade da pauta, com a seriedade da discussão.

Eu fui lá por conta de um tema, Deputado Prof. Reginaldo Veras, e eu tive o cuidado de conversar, ontem, com V.Exa., na condição de Presidente da Comissão sobre esse assunto, e V.Exa. disse que não poderia ir e que acreditava no que eu fosse fazer lá.

Por isso, eu quero pedir, publicamente, ao Secretário de Saúde que mantenha esta unidade de cuidado com aqueles portadores da diabetes. Sabe por quê, Sr. Presidente? Que toda a rede possa se preparar, não há dúvida. E este é o desejo de todos nós: termos um centro de saúde mais próximo de casa. Mas tirar de onde está dando certo para apostar num modelo que ainda vai acontecer? Deixa o modelo implantar, mas não feche as instalações, não deixe de dar prioridade aos cuidados dos portadores de diabetes. Portanto, nós estaremos acompanhando este debate, mas deixo de antemão este pedido ao Sr. Secretário para que mantenha a unidade em pleno funcionamento.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 02 2016	15h33min	2ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

E quero aqui publicamente fazer um reconhecimento ao Dr. Abdias, lá daquele local, porque é um trabalho exemplar. Queira Deus que os nossos médicos possam atender trinta pessoas, como ele atende, naquela unidade, deixando uma referência para o serviço público de saúde.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL) – Muito obrigado, Deputado Wasny de Roure.

Eu convido, para fazer uso da palavra, o Líder do Governo, Deputado Julio Cesar. (Pausa.)

Convido o Deputado Wellington Luiz, pelo bloco Democrático e Trabalhista. Antes de conceder a palavra ao Deputado, passo a Presidência ao Deputado Prof. Reginaldo Veras.

(Assume a Presidência o Deputado Prof. Reginaldo Veras.)

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (Bloco Democrático e Trabalhista. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, boa tarde a todos.

Ontem nós trouxemos aqui um tema que muito tem nos afligido, muito tem feito famílias sofrerem, que é a violência no Distrito Federal. Vimos mais uma família, no Guará, perder um ente querido e hoje eu trago mais uma preocupação.

A gente tem falado que o Estado está cada vez mais enfraquecido e o que faz o Estado se enfraquecer? São as faltas de condições para os policiais, a falta de condições para os operadores de segurança, a falta de efetivo para que haja um enfrentamento à criminalidade. E o Estado está cada vez mais acuado. O que tem acontecido, inclusive, nos governos passados – e, neste Governo, não tem sido diferente – é exatamente isso.

Eu tenho uma denúncia. Inclusive, há algum tempo, eu tento, de alguma forma, ajudar a encontrar uma solução junto com outros Parlamentares desta Casa para a questão do pessoal do Detran. O pessoal do Detran trabalha hoje, para quem não sabe, com coletes que estão vencidos há mais de 3 anos. Hoje o servidor do Detran vai para a rua enfrentar o crime, enfrentar todos os percalços, sem a menor segurança, inclusive, sequer pode usar uma arma. Não, uma arma de ataque, mas sequer uma arma de defesa. Então, não há condição. E o que o Detran faz? Compra motos BMW que valem milhões. Ainda bem que a compra foi suspensa para que se evitasse isso. Temos de investir no homem, temos de investir na defesa do servidor porque eles são heróis. E ainda temos um Diretor do Detran que é extremamente burocrata e que, para permitir que a arma Taser, que é de contenção e, não, uma arma letal, Sr. Presidente, seja dada aos servidores do Detran. Ele alega que precisa, Sr. Secretário Igor, de autorização do Governador. Ou o Diretor do Detran não tem autonomia nenhuma? Se não tem autonomia, que entregue a sua cadeira ou que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 02 2016	15h33min	2ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

feche aquele órgão porque a Procuradoria do Distrito Federal já deu parecer favorável e o Secretário sabe disso, esta Casa sabe disso porque participou dessa discussão. Nós não estamos falando de arma de fogo, não. Nós estamos falando da Taser, daquelas armas de choque, que os vigilantes usam. Mas, o Estado não pode usar. Os servidores do Detran não podem usar, mesmo com parecer favorável da Procuradoria, porque o Diretor do Detran diz que tem, primeiro, de bater um papo com o Governador. Nós estamos brincando de fazer segurança. O servidor do Detran vai para a rua abordar sabe-se lá quem. Ontem, quando aquele pai de família apareceu na frente da escola, ele não sabia quem lá estava. Estavam bandidos, que tiraram a vida dele.

E é assim que trabalha o operador de segurança pública. É assim que trabalha o Policial Civil, que está com o colete vencido. É assim que trabalha o Policial Militar, que também está com o colete vencido e, da mesma forma, os servidores do Detran: com colete vencido. O Policial Civil e o Policial Militar ainda têm uma arma na cintura. Agora, e o servidor do Detran? Que nem isso tem e ainda tem o colete vencido.

Aí, Deputado Chico Vigilante, para que o servidor do Detran tenha uma arma de defesa, que não é letal, ainda, o Diretor do Detran, depois de superarmos todas as discussões – nós fomos ao Tribunal de Contas, fomos à Procuradoria, conversamos com o Governador, depois de tudo acertado, depois de ocorrer a tragédia anunciada –, diz, para a associação, diz, para o Sindicato, que precisa conversar, primeiro, com o Governador.

Gente, sinceramente, ou o Governo acaba com essa burocracia, sai da teoria e começa a funcionar na prática, ou é claro que a criminalidade vai tomar conta de tudo aqui, no Distrito Federal. Nós estamos acuados e, na hora em que as nossas famílias começarem a ser alcançadas, a gente começa a fazer barulho. Porque a gente só chora quando morre alguém nosso. Enquanto estiver morrendo entes das outras famílias, a gente reclama, fala, mas ninguém chora. Mas, na hora em que morrer alguém nosso, aí a gente vem aqui e faz barulho.

Então, está na hora de nos precavermos: crime se evita. Melhor do que solucionar o crime, Deputado Lira, é evitar que ele aconteça, é a prevenção do crime. Não tem de correr atrás do bandido, não. Tem de colocar antes, o bandido antes na cadeia. O Estado tem de estar à frente e, não, atrás.

Então, é importante que esta Casa faça a sua parte e aí eu quero pedir, para o Secretário Igor. Secretário, o que aconteceu ontem está superado, não vi nada demais, o senhor já me explicou. Da minha parte, está tudo tranquilo. E acontece mesmo isso! Pode ficar tranquilo, é normal. Agora, o que eu queria pedir para o senhor e queria pedir para o Secretário José Flávio e pedir para o Serginho é que nos ajudasse nisso. Isso, sim, é problema. O que aconteceu ontem não é problema, não. Isso é coisa pequena diante do que nós vivemos no Distrito Federal. O que nós precisamos agora é dar segurança para a nossa população e dar condições para os



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 02 2016	15h33min	2ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

operadores de segurança. Agora, se nem os operadores estão protegidos, como eles vão nos dar proteção? Se o Estado está acuado, como vai proteger a população?

Então, o Governo tem de fazer a sua parte e nós temos de fazer a nossa. Nós somos fiscalizadores. O nosso papel de fiscalizar. Nós não temos de vir aqui só para fabricar leis, não! Isso aqui não é uma fábrica de leis, não! O papel do legislador é fiscalizar e uma coisa de que se está precisando, neste momento, é que a gente fiscalize as ações, aliás, as omissões do Governo do Distrito Federal.

Muito obrigado, Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Encerro o Comunicado de Líderes.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Lira. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Rafael Prudente. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante. (Pausa.)

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu volto, aqui, a um assunto que sustentei durante todo o ano de 2015. Os Deputados, os servidores e os jornalistas devem estar lembrados que eu falei mais de uma vez nesta tribuna que tínhamos uma epidemia de dengue no Distrito Federal. E essa epidemia está aí, a olhos vistos: cidades verdadeiramente infestadas pela dengue. E, além de mostrar o problema, eu estou buscando os culpados. E nós temos, no caso da dengue, um culpado direto, que é o Subsecretário de Saúde do Distrito Federal, que cuidou da questão ambiental do Distrito Federal.

No ano de 2014, o Governo Agnelo estava autorizado pela Câmara Legislativa, que é o dinheiro que vem do SUS, a gastar R\$ 2.403.148,00 (dois milhões, quatrocentos e três mil, cento e quarenta e oito reais). Ele empenhou R\$ 2.290.000,00 (dois milhões, duzentos e noventa mil reais) e gastou R\$ 2.235.000,00 (dois milhões, duzentos e trinta e cinco mil reais). Portanto, ele gastou 90% do dinheiro que veio do SUS. E gastou bem, tanto é que nós praticamente não tivemos dengue no Distrito Federal em 2015. Em 2014, nós também tivemos um índice pequeno. Em 2015, com o trabalho de prevenção que tinha sido feito em 2014, nós praticamente não tivemos dengue. E agora a dengue tomou conta de Brasília. E quem é o culpado? É exatamente a Subsecretaria sob a orientação do Sr. Joaquim – o João era o Secretário de Saúde do Distrito Federal, de quem eu falei aqui quantas vezes. São incompetentes.

Para os senhores terem ideia do tamanho do crime que eles cometeram, nós, Deputados Distritais, autorizamos que o Governo do Distrito Federal gastasse,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 02 2016	15h33min	2ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

em 2015, R\$ 3.332.993,92 (três milhões, trezentos e trinta e dois mil, novecentos e noventa e três reais e noventa e dois centavos). O governo empenhou R\$ 1.933.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta e três mil reais) e só teve coragem, só teve competência para gastar R\$ 71.948,00 (setenta e um mil, novecentos e quarenta e oito reais). De três milhões, Deputado Lira, gastaram R\$ 71.000,00 (setenta e um mil reais). Isso não dá para matar mosquito nem de uma rua de São Sebastião! Gastaram 2% do que estava autorizado. Dois por cento!

A questão da dengue é um reflexo do desmonte que foi feito na Secretaria de Saúde. Eu vejo aqui o Agamenon e outros servidores da saúde. É grave o que está acontecendo com os servidores da saúde do Distrito Federal. É um assunto sobre o qual não se deve falar, mas tem gente se suicidando. O índice de pessoas portadoras de distúrbios psiquiátricos hoje é algo terrível. Muitas vezes a imprensa mostra o servidor lá na ponta, mas não verifica a situação de trabalho a que ele está submetido. Eu diria que trabalhar hoje num posto de saúde ou num pronto atendimento, numa UPA ou num pronto-socorro de um hospital, como é o caso do hospital da Ceilândia, é mais grave, é mais penoso, é pior do que trabalhar num hospital da Síria, que está em guerra. É mais duro do que em um hospital daquele país, que está em guerra.

Portanto, é preciso que o governo acorde efetivamente para o que está acontecendo no Distrito Federal: o desmonte feito, a destruição que foi feita na saúde do Distrito Federal, que sobra aqui na ponta para o usuário do serviço público de saúde, que também já sobrecarrega quem tem plano de saúde, porque a demanda é enorme, pois os planos de saúde também não estão dando conta.

Portanto, é gravíssimo o que está acontecendo no Distrito Federal. Espero que o Governador Rollemberg atente para este momento que a saúde do Distrito Federal vive porque ele é grave. A infestação de dengue é algo efetivamente terrível. Está na hora de o governador demitir quem não trabalha.

O Deputado Wellington Luiz há pouco falou aqui sobre a questão do Detran. É uma vergonha o que está acontecendo no Detran, que só se preocupa em multar. É pardal e mais pardal. Não conheço uma pessoa que não tenha sido multada nesta cidade. A cidade está toda esburacada, a gente está pagando o IPVA, e ainda compram aquelas motos de luxo! Disseram que suspenderam a compra das motos, e eu vou fazer um requerimento porque quero saber como foi feita essa suspensão se as motos já estão adesivadas pelo Detran! Quero ver como será a devolução visto que já compraram e pagaram as motos! Como é que vão devolver se já compraram e pagaram?!

A impressão que a gente tem é que no Governo do Distrito Federal hoje há vários governos! Cada órgão tem um governo à parte! Não existe uma centralidade! Parece que o governador não sabe de nada. É essa a impressão que dá porque como deixam acontecer um negócio daqueles no Detran?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 02 2016	15h33min	2ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

A mesma coisa aconteceu no Corpo de Bombeiros! Portanto, a situação é muito grave. Ou o governador assume – S.Exa. foi eleito para isso –, demite quem não deve lealdade ao governo e bota para trabalhar quem não quer trabalhar, ou a população é que vai pagar o preço mais caro.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO REGINALDO VERAS) – Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Vale.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ontem alguns Deputados aqui já debateram sobre a saúde pública do Distrito Federal. E hoje, de novo, o Deputado Chico Vigilante traz esse tema.

Infelizmente eu também entro neste tema hoje, até porque as coisas vêm piorando a cada mês. Eu me lembro de que, no ano passado, eu convoquei aqui dois secretários. O primeiro foi o Secretário João Batista, depois convocamos o próprio Gondim, já preocupados com os rumos que a saúde pública do Distrito Federal estava tomando, haja vista a falta de planejamento com relação à compra de medicamentos, a falta de planejamento com relação aos médicos, a estrutura dos hospitais, a falta de planejamento com relação à epidemia de dengue que hoje explode no Distrito Federal.

Eles dois vieram aqui, ouvimos, colocamos a nossa posição, sugerimos inclusive uma comissão de Deputados Distritais para acompanhar a ação do governo na saúde pública do Distrito Federal e, infelizmente, a coisa piora a cada mês. Nós temos visto e ouvido, pela imprensa e pela própria população, o descaso, a falta de respeito, a desumanidade com que vem sendo tratada a nossa população nos hospitais.

E, agora, a preocupação aumenta com a possibilidade de o governo, no desespero, colocar as OSSs para gerir a saúde pública do Distrito Federal. Eu digo “no desespero” porque parece que as coisas vêm sendo feitas às escondidas. Não se debate a questão das OSSs. A gente fica vendo o governo já colocando algumas instituições para trabalhar com a saúde pública, mas tudo muito calado, tudo sem transparência, tudo sem dialogar com a Câmara Legislativa do Distrito Federal.

A gente tem visto, no Brasil, que essa coisa tem piorado. Onde há OSS, o desperdício com o dinheiro público é muito maior e a corrupção também piora a gestão, piora a gestão.

Então, eu não vejo perspectiva nenhuma de melhora da nossa saúde pública e acho que nós, Deputados, precisamos fazer alguma coisa. O caos está colocado. São crianças recém-nascidas morrendo sem atendimento, são pacientes há meses e meses sem serem atendidos, pessoas esperando cirurgias há seis, sete meses. É uma situação deprimente, e a gente percebe que não é por conta de falta de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 02 2016	15h33min	2ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

recurso, até porque nós estamos devolvendo recurso para o Tesouro. A saúde devolveu recurso este ano. É gestão mesmo. Precisamos chamar de novo aqui o Secretário. Vamos chamar o Fábio Gondim aqui de novo, o Secretário de Saúde.

Eu quero dizer para os Deputados que, logo após o carnaval, quero pedir o apoio de V.Exas., para que a gente convoque de novo o Secretário, porque S.Exa. precisa dizer o que ele vai fazer com a saúde pública do Distrito Federal. A saída são as OSSs? Qual o planejamento? Como é que a gente faz para voltar à normalidade dos medicamentos, dos atendimentos, das cirurgias? Eu quero propor isso, mas que não seja uma convocação apenas minha. Eu já fiz isso duas vezes. Parece que é coisa pessoal: Deputado gosta de implicar com Secretário de Saúde, mas não. Quero que seja uma convocação de toda a Casa, de todos os Deputados. É muito sério o que está acontecendo aqui no Distrito Federal.

Por fim, eu não poderia deixar de tratar, até porque estamos em clima de carnaval, e carnaval é uma festa popular e muito sadia – eu tenho tido oportunidade de acompanhar inclusive alguns blocos neste pré-carnaval. Infelizmente, aconteceu um acidente, uma pessoa foi vitimada, não sei bem ainda por quê, mas isso é normal, isso não acontece só no carnaval, acontece na porta de uma escola, acontece em qualquer lugar, isso não é culpa do carnaval – desse tema da Lei do Silêncio que há quase um ano eu venho discutindo aqui com V.Exas. Fizemos várias audiências públicas, debatemos o assunto. Vários Deputados já entenderam que a gente precisa rever essa lei. Nós apresentamos um projeto de lei que está tramitando na Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, cujo Presidente é o Deputado Cristiano Araújo, mas eu queria chamar de novo a atenção desta Casa, porque hoje me parece que a população e os próprios Deputados entendem que a gente tem que rever mesmo essa lei.

A lei vem fechando bares, fechando restaurantes, multando igrejas, aumentando o desemprego na cidade, impedindo que a cultura se manifeste, porque foi uma lei malfeita, uma lei equivocada, uma lei que estabelece limites muito baixos de música em qualquer lugar desses ambientes. E eu, desde o início, falava aqui: gente, eu não quero aumentar barulho na cidade. Não se trata disso. Trata-se de colocar limites possíveis de haver música, mas quem passar disso realmente que seja notificado, seja multado, e tenha o estabelecimento fechado.

Parece que a população entendeu isso e o próprio governo também, Deputado Prof. Reginaldo Veras, tanto que já criou uma comissão feita por vários secretários e outras pessoas do Estado, que já estão debatendo a Lei do Silêncio e, segundo informações de algumas pessoas do governo, ele vai mandar outro projeto de lei aqui para a Casa. Eu lamento o governo não ter chamado a Câmara, não ter me chamado, mas eu o respeito. O governo também já entendeu que tem que mudar a Lei do Silêncio, mas eu queria pedir a V.Exas. para voltarmos ao debate agora, e nós vamos voltar. Alguns Deputados, inclusive, já estão dispostos a fazer



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 02 2016	15h33min	2ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

alterações e assinar junto conosco essa mudança na lei, mas que as contribuições do governo sejam inseridas no nosso projeto de lei. Eu tive muito desgaste. Eu estou muito desgastado. Teve gente que falou que eu queria aumentar o barulho, que eu estava defendendo a balada, que não sei o quê... Não se tratava disso. Tratava-se de corrigir uma lei que menciona que, de dois em dois anos, ela tem que ser revista. E não foi feita revisão nenhuma.

Então, eu acho que o momento é agora. Nós precisamos revolver isso. A cidade está em uma crise profunda, do ponto de vista financeiro, econômico. O desemprego aumentando cada vez mais. A gente precisa, pelo menos nesse setor, com uma simples alteração nos decibéis, aumentar os limites para que possa existir a cultura, existir a música e, a partir disso, a gente poder realmente punir quem está fazendo barulho, quem está tirando o sossego das pessoas. Quero contar com o apoio dos Deputados desta Casa para que a gente resolva isso o mais rápido, ainda neste semestre.

DEPUTADO LIRA (PHS. Sem revisão do orador.) – S.Exa. me concede um aparte?

PRESIDENTE (DEPUTADO REGINALDO VERAS) – Desculpe, Deputado Lira, só lembrando que nós estamos nos Comunicados de Parlamentares, S.Exa. deve fazer uma solicitação de uso da palavra.

Assim que o Deputado Ricardo Vale concluir, V.Exa. o faz.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Por fim, reforçando, quero contar com o apoio dos nobres Deputados desta Casa. A sociedade já entendeu a situação, o Sindicato dos Músicos já está pedindo essa mudança, assim como o Sindicato dos Bares e muitos segmentos das igrejas evangélica e católica e de outras religiões. A gente precisa resolver isso e não está difícil não. Tenho certeza de que, com a alteração da lei, haverá sossego, até porque, nessa lei, há uma coisa interessante: a gente acaba com o barulho depois de meia noite no Distrito Federal. Nós apresentamos uma emenda, a pedido do Sindicato dos Músicos e do Sindicato dos Bares, e, depois de meia noite, nem eles têm interesse em ficar tocando música. Depois desse horário, quem não tem acústica, seja no bar, na igreja ou no restaurante, é proibido tocar qualquer som. Só vai ter som acústico ou ao vivo onde existe acústica. Essa foi uma solicitação dos próprios músicos e donos de bares. Mudando a lei, nós vamos acabar com o barulho na madrugada provocado por música. Não se pode confundir o barulho do irresponsável que liga o som do carro dele bem alto, perturbando os vizinhos, os que chegam debaixo do bloco gritando, falando alto, bebendo. Isso não tem nada a ver com música. Existem outros barulhos que não têm nada a ver com igreja, com bar, com restaurante, com a cultura. Isso é falta de educação. É questão de educação e você nasce com isso, aprende isso. O governo precisa, inclusive, criar política de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 02 2016	15h33min	2ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

educar o cidadão para não fazer barulho de madrugada e não ficar urinando na rua. Essa é outra questão que não tem nada a ver com bares, restaurantes e igrejas.

Muito obrigado, Presidente.

DEPUTADO LIRA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO REGINALDO VERAS) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LIRA (PHS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero fazer jus às palavras do Deputado Ricardo Vale, inclusive, enquanto V.Exa. se pronunciava, se o Ibram estivesse aqui, estaria multando-o, pois já teria ultrapassado os 70 decibéis. A mesma coisa acontece com relação às igrejas. A Lei do Silêncio é mais do que justa e precisa ser revista, até porque muitas pessoas estão desempregadas porque estão sendo obrigadas a fechar seus estabelecimentos comerciais por conta da Lei do Silêncio e, com isso, os bares e restaurantes deixam de contratar garçom, cozinheiro, chefe de cozinha, músico. Quando há desemprego na parte cultural, é uma reação em cadeia. Vários segmentos, ao mesmo tempo, são afetados, por isso eu sou a favor de ser revista essa lei, inclusive para que se aumente um pouco mais a questão dos decibéis e também que haja regras mais claras com relação a tudo isso.

Era o que eu tinha a falar, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO REGINALDO VERAS) – Obrigado, Deputado Lira.

Antes de passar a palavra ao Deputado Rafael Prudente, quero fazer um comentário rápido. Deputado Ricardo Vale, quero comunicar que já protocolamos uma audiência para o dia 14 de março para tratar da questão das organizações sociais na área da saúde do Distrito Federal. O tema é polêmico, é delicado, é complexo e a gente tem de debater isso de forma muito séria. Já houve um início de debate ano passado, o Deputado Chico Vigilante chegou a fazer uma audiência pública a respeito, só que agora a coisa tomou corpo e a gente tem de buscar uma solução. Nós já fizemos uma visita a Goiânia, o Deputado Julio Cesar esteve com a Comissão de Educação, Saúde e Cultura, contamos com a presença do Governador. Fui posteriormente conversar com os Deputados de Oposição, também em Goiânia, para ouvir os dois lados da história, visitamos hospitais que não eram OSS. O Deputado Rafael Prudente também esteve conosco.

Então, não é algo simples, a gente tem que tomar muito cuidado e tratar esse tema com extrema seriedade, porque envolve não só os servidores públicos, mas o atendimento qualitativo de saúde no Distrito Federal.

Então, dia 14, já está agendado, convido a todos para esta audiência pública para tratar das OSSs aqui no Distrito Federal.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 02 2016	15h33min	2ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só corroborando com o que V.Exa. falou, a gente esteve lá, em Goiás, para conhecer o funcionamento das OSSs. Realmente, para nós, foi uma surpresa ver como o sistema de saúde funciona de uma forma muito produtiva.

A gente só ficou triste, porque, na verdade, V.Exa., que é Presidente da Comissão de Educação, Saúde e Cultura, fez o convite e nem todos os Deputados puderam comparecer. Até mesmo para que todos pudéssemos realmente discutir este assunto em uma audiência pública como esta que V.Exa. vai fazer.

Também quero deixar claro que o Governador não está dizendo que vai fazer, porque, muitas das vezes, assim que a notícia começa a ter eco, não é a bem da verdade. S.Exa. está só estudando para ver a possibilidade. Ainda não é uma realidade que vai ser implementada. Na verdade, o que S.Exa. quer é entender se é importante ou não trazer esse benefício, essa situação para Brasília. Só isso.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Concedo a palavra ao Deputado Rafael Prudente.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde a todos. Quero cumprimentar o Presidente, Deputado Prof. Reginaldo Veras; o Líder do Governo, Deputado Julio Cesar.

O assunto que me traz hoje aqui a esta tribuna, Deputado Wellington Luiz, é a saúde pública do Distrito Federal. Os absurdos, o excesso de ações judiciais, o descaso, a falta de programas de planejamento. O Deputado Rodrigo Delmasso pode não estar aqui, mas pode confirmar que nós, da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle até hoje não recebemos, desde o início da gestão do governo, um planejamento estratégico, com os programas que seriam implantados pela Secretaria de Saúde. Há má gestão, excesso de matérias jornalísticas negativas e principalmente sofrimento da nossa população, que vive diariamente o caos na saúde pública do Distrito Federal.

Vivemos, desde o início do ano passado, sob decreto do Governador, que colocou a saúde em situação de emergência. Como podem ver, mesmo com as facilidades impostas por esse decreto, a situação continua caótica e nunca na história do Distrito Federal, Deputado Chico Vigilante, podemos conviver com tanta reclamação do cidadão. Temos o orçamento com mais de seis bilhões de reais, orçamento este maior do que o de muitos estados e de metrópoles brasileiras, além de contarmos com mais de 35 mil servidores somente na área da saúde.

Todos os dias há algum tipo de descaso e negligência por parte da Secretaria, porque falta desde o básico até o mais específico.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 02 2016	15h33min	2ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

Durante todos os dias em 2015, agora agravados, em 2016, recebo inúmeras ligações e reclamações no atendimento da rede pública de saúde e os problemas são velhos conhecidos desta gestão.

Vou citar alguns aqui, Sr. Presidente, como a falta de reagentes, a falta de medicamentos continuados e de quimioterápicos e o comparecimento de pessoas, como as que recebi em meu gabinete na semana passada. Vem ocorrendo, de forma contínua, dentro da Secretaria, a falta de medicamento. A falta de leitos de UTI foi inclusive matéria do *Jornal de Brasília*, ontem, que identificou também que mais de 20% dos leitos estão inativos, além de faltarem mais leitos. Temos mais de 370 médicos lotados na administração central, mas estão faltando médicos nos hospitais para fazer o atendimento à população. Temos também um excesso de contratações emergenciais, falta de planejamento da Secretaria e, muitas vezes, aquisição de produtos à toque de caixa, com preço mais elevado. Temos excesso de equipamentos inoperantes, com falta de manutenção, como, por exemplo, os guardados na Administração de Samambaia, já noticiado, inclusive. O maior absurdo: UTI, Deputado, somente com demanda judicial. Até para ter direito à vida, Deputado Prof. Reginaldo Veras, Deputado Wellington Luiz, Deputado Cristiano Araújo, até para o cidadão ter direito a conseguir uma UTI, ele precisa acionar o Ministério Público por meio da Defensoria Pública do Distrito Federal, que está abarrotada de serviço...

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Deputados, estamos nos Comunicados de Parlamentares. Somente poderão falar após o pronunciamento.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente. Além dessas questões de UTI, Deputado Cristiano Araújo, cirurgia, só com ajuda divina, Deputado Ricardo Vale. Nesta semana, precisamente na quinta-feira, amanhã, nós completaremos quatrocentos dias, não de um jovem governo, mas já chegando à meia idade. Não há mais tempo para guardar providências nem para reclamação sobre órgãos controladores, pois funciona assim em todo o Brasil. E porque, historicamente, nunca fomos tão criticados sobre o caos na saúde do Distrito Federal, nacionalmente, em jornais televisionados e em coleção de capas de jornais com publicações negativas da nossa cidade. Somos dependentes de hospitais públicos, pois 65% da população, Deputado Lira, utiliza a rede pública de saúde no Distrito Federal.

Diante de todos esses problemas, desde o ano passado, apresentei mais de trinta requerimentos de informações, de requerimentos à Secretaria de Saúde. Este ano, Deputado Wasny de Roure, vou me empenhar mais ainda na intensificação da fiscalização na Secretaria de Saúde, pois nós estamos indo mal, desde o paciente até o servidor público desmotivado, que reclama não só pelos salários, mas principalmente pelas más condições de trabalho.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 02 2016	15h33min	2ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

Para finalizar, vou passar aqui alguns números aos Deputados presentes, à imprensa, aos demais servidores, que evidenciam a falta de controle dos recursos e a falta de uso dos recursos. Como o Deputado Chico Vigilante muitas vezes colocou aqui, não falta dinheiro, falta gestão. Vou citar alguns números para os senhores, como, por exemplo... Podemos evitar a tragédia anunciada com o controle da Dengue, da Chikungunya e do Zika vírus na nossa cidade. Por quê? Tivemos atendimento de urgência, ou seja, investimentos no SAMU. Estava previsto, Deputado Wellington Luiz, dezessete milhões para serem gastos no SAMU, e foram gastos 3 milhões e novecentos. Dezessete milhões poderiam ter sido empregados, e foram utilizados três milhões. Para a manutenção de máquinas e equipamentos médico-hospitalares, sobram, virando o ano, dois milhões de reais. Creio que estão faltando equipamentos na rede de saúde pública. Para a aquisição de equipamentos hospitalares de ressonância, radioterapia e RX, que estão faltando também na rede pública de saúde, dos 27 milhões disponíveis, absolutamente nada foi gasto no ano de 2015.

Para finalizar, Deputado Cristiano Araújo, V.Exa. trouxe alguns dados importantes ontem sobre controle de epidemias no Distrito Federal. Fiz um levantamento do desenvolvimento de ações de vigilância em saúde, ações integradas – como V.Exa. colocou aqui muito bem – e ações de controle epidemiológico. Tínhamos disponíveis 24 milhões de reais, Deputado Wellington Luiz. A tragédia foi anunciada. Dos 24 milhões de reais, o Governo do Distrito Federal virou o ano com 17 milhões disponíveis.

Muito foi dito aqui, Sr. Presidente, Sr. Deputado Wasny de Roure, Deputado Julio Cesar, Deputado Wellington Luiz, sobre as famosas emendas de que abrimos mão, inclusive, nobre Deputado Wellington Luiz...

Foi noticiado aqui por diversas vezes que a Câmara Legislativa do Distrito Federal fez o seu papel e destinou mais de R\$ 300 milhões de reais para a saúde pública da nossa cidade. Nós fizemos a nossa parte realmente.

Eu deixo aqui um dado para V.Exas. Na virada do ano de 2015 para 2016, uma despesa autorizada de R\$ 6.000.000.900,00 (seis bilhões e novecentos reais), o governo deixou disponível R\$ 288.000.000,00 (duzentos e oitenta e oito milhões de reais) que poderiam ter sido gastos, por exemplo, para pagar os fornecedores que estão aí atrás, ou pelo menos fazer o empenho dessas despesas.

O que adianta a gente ter passado aqui, se eu não me engano, duas ou três semanas para conseguirmos chegar a um consenso, todo mundo abrir mão das suas emendas o que dava pouco mais de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) para o governo virar o ano com R\$ 288.000.000,00 (duzentos e oitenta e oito milhões de reais) disponíveis, sendo que nós estamos vivendo esse caos horroroso e essa má gestão na saúde público do Distrito Federal? Realmente é um absurdo.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 02 2016	15h33min	2ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

Esta Casa tem a obrigação de intensificar a fiscalização na gestão pública do Distrito Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero parabenizar aqui o Deputado Rafael Prudente pelo pronunciamento muito preciso dos dados, muito sensato nas colocações, apresentadas com bastante coerência.

Esses dados que V.Exa. traz hoje aqui para o Plenário ilustram muito bem o episódio daquela avó que volta com o recém-nascido já morto para o Hospital de Ceilândia. Isso comoveu toda a nossa população do Distrito Federal e do Brasil.

Então, este é o retrato da saúde: médicos em desvio de função, médicos lotados na administração, o não-planejamento das compras de medicamentos e não-controle e rastreamento desses remédios. A gente sabe que existe isso.

A questão epidemiológica da vigilância sanitária: ontem eu coloquei isto aqui, que não foi investido o orçamento que estava disponível, o que, mesmo assim, não seria suficiente; não foi feita a política de combate ao mosquito, aos ovos, ali no Entorno. Então, eu coloquei isso ontem para o Deputado Julio Cesar, que ficou de conversar com o nosso Líder de Governo, ficou de conversar com o secretário. Realmente a situação é muito grave. A situação nunca foi tão desumana.

Eu acho que essa é a única maneira, Deputado Wellington Luiz, de a gente expressar o que está acontecendo com as pessoas. Chega a ser desumano. A pessoa que cai lá e precisa de um médico ou de uma cirurgia tem que contar com a força de Deus, porque se for contar com a saúde não vai dá certo.

Parabéns pelo pronunciamento, Deputado Rafael Prudente. Quero me somar minhas palavras ao seu pronunciamento de V.Exa. e dizer que tem todo o meu apoio.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de tal modo parabenizar o brilhante pronunciamento feito pelo Deputado Rafael Prudente. Quero também parabenizar o trabalho feito pelo Deputado Cristiano Araújo.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 02 2016	15h33min	2ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

Digo o seguinte: se esta Casa imediatamente não adotar imediatamente alguma providência... porque o governo não vai adotar. Passou-se um ano, nada foi feito e não vai fazer. Isso está claro!

Foi dito aqui: os Parlamentares abriram mão das suas emendas, fizeram a sua parte e nada efetivamente foi feito. E não vai ser feito.

A vó voltou com uma criança morta, depois de ter sido atendida. E aí, às vezes, a gente só responsabiliza os profissionais. A culpa não é só dos profissionais, não. Aliás, a culpa não é dos profissionais. A culpa é da falta de estrutura, da falta de efetivos nos hospitais. Não há condições hoje de os nossos servidores exercerem bem as suas atividades.

Como bem disse o Deputado Rafael Prudente há pouco, para você conseguir uma UTI, você tem que conseguir por meio de uma ação na Justiça. Mas nem com uma ação na Justiça você consegue! Hoje o médico tem que brincar de ser Deus. Ele tem que escolher quem vai viver e quem vai morrer, Sr. Presidente. Ele tem que escolher quem vai sair da UTI porque só tem uma UTI! Como o médico faz isso? E aí tem a ordem judicial. Então, tem que mandar o juiz escolher! Como fazer? Tem-se que tomar uma providência. E o dinheiro está sobrando!

Duvido que esse estudo feito pelos Parlamentares seja brincadeira. Ninguém iria brincar com coisa tão séria. Ninguém seria leviano em acusar dados tão importantes como esses. Isso é extremamente grave. As pessoas estão perdendo vidas nas ruas, nos hospitais, na frente das escolas! Será que está tudo certo?

Ontem, com todo respeito ao secretário, que veio aqui e falou por quase duas horas, sinceramente eu queria viver naquela cidade que ele falou existir aqui. É o paraíso! Estava tudo muito bom. Eu ouvi o discurso dele. E, sinceramente, aquela é a cidade em que eu quero viver, porque aquilo é o paraíso. Mas, sinceramente, não é a cidade em que eu e a minha família vivemos. Então, temos que tomar uma providência.

Eu sou oposição a este governo. Mas eu quero que este governo dê certo, porque aquele pai de família que morreu ali poderia ter sido o meu irmão – eu tive um irmão vítima de latrocínio e poderia ter sido outro irmão meu –, poderia ter sido um dos meus filhos, poderia ser qualquer um de nós! Então, todos nós estamos passíveis da violência ou passíveis de morrer em um hospital por falta de atendimento. Então, temos que trabalhar para que este governo dê certo. Agora, o governo tem que fazer a parte dele, pelo menos aquilo que é destinado no orçamento tem que ser executado. Nem o mínimo está sendo feito.

Sr. Presidente, é brincadeira! Se nem a parte que cabe a ele, ele não consegue fazer, é difícil conseguirmos ajudar. Então, Governo, ajude-nos a ajudá-lo.

Sr. Presidente, obrigado.

(Assume a Presidência o Deputado Lira.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 02 2016	15h33min	2ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LIRA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a sessão daqui a pouco deve se encerrar, mas eu não podia deixar de citar aqui que, da mesma forma que discutimos aqui durante um tempo sobre essa questão das emendas, cujas emendas não foram utilizadas, nós viramos o ano com o orçamento em torno de quase trezentos milhões de reais a serem gastos, e o dinheiro quando está no caixa do governo não é para ser economizado, é para ser gasto, porque a população precisa ser bem atendida.

Mudando um pouco de assunto, eu não poderia deixar de registrar, Deputado Wellington Luiz, hoje depois de todo aquele discurso feito ontem pelo Chefe da Casa Civil, que pregou aqui uma cidade realmente maravilhosa, nós também votamos, no final do ano, um projeto de lei do Deputado Prof. Israel, que colocava no Programa Nota Legal as notas referentes a gasto com combustível. Foi um excelente projeto apresentado pelo Deputado Prof. Israel, que votamos e o Governador sancionou. Fiquei estarrecido quando vi no Diário Oficial de hoje, Deputado Wellington Luiz, e hoje ficará um dia marcado na história como o dia em que o governo destruiu o Programa Nota Legal.

A vida da gente é tão complicada e muita gente faz a fiscalização em nome do governo, exigindo a nota fiscal e, depois, tem o bônus de ter desconto nos impostos aqui dentro do Distrito Federal.

Em agosto de 2008, foi publicado: “Fica estabelecido, como crédito do programa de que trata esse decreto, o percentual de 20% no abatimento do imposto”. Cada imposto tem sua alíquota. Então, você tem desconto de 20% para abater, mais para frente, em algum imposto que você tem que pagar. Você utiliza esse crédito. E, hoje, o governo publica, de uma forma muito sutil: “Fica estabelecido como crédito do programa que trata esse decreto, de até 20%.” Ou seja, é o começo do fim do Programa Nota Legal. Então, Deputado Wellington Luiz, hoje fica marcado na história o decreto do Governador que acaba com o Programa Nota Legal no Distrito Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DEPUTADO JUAREZÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LIRA) – Concedo a palavra ao Deputado Juarezão.

DEPUTADO JUAREZÃO (PRTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estou ouvindo os companheiros e eu, como funcionário da saúde e eleito pela saúde, nunca fui ouvido pelo governo ou pelos secretários. Tentei.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 02 2016	15h33min	2ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

Coloquei emendas para construir um bloco de UTI no Hospital de Brazlândia. O diretor do hospital foi contrário; um subsecretário que foi lá para uma sessão solene foi contrário; isso porque eles não moram em Brazlândia!

Vou dar um exemplo: liguei para o Secretário de Saúde na semana retrasada e falei com ele sobre a dengue em Brazlândia. Nós estávamos limpando a cidade e precisávamos fazer uma campanha muito grande. A coordenadora da dengue em Brazlândia morreu na semana passada, a cunhada do Vice-Governador. E ninguém ouve a gente! A verdade é essa.

Eu sou funcionário da saúde, sou revoltado com essa situação. Nunca fui chamado. Se eu não fui chamado, imaginem os nossos companheiros daqui. Eles jamais serão chamados para serem ouvidos por um secretário de saúde! Eu acho que o Governador não sabe disso, porque S.Exa., pelo menos, manda o secretário me ouvir, os dois secretários, e não só esse, não.

A situação da saúde é uma vergonha. Eu acho que tem que se levar a coisa mais a sério.

O nosso bloco, Deputado, colocou 27 milhões para recuperar equipamentos. E o Hospital de Brazlândia está lá – vou dar o exemplo da minha cidade – com o raio X quebrado! Para onde foi esse dinheiro, que ninguém sabe? Eu não sei. Eu não entendo, e eles não querem ouvir ninguém. É tudo uma elite naquela Secretaria de Saúde! É médico...

Vou declarar uma coisa: eu sou contrário a diretor de hospital e subsecretário serem médicos. Lugar de médico é no consultório, atendendo a comunidade.

Eu vou dar um exemplo a vocês: no Hospital de Brazlândia, deve haver cinco ou seis chefias com médicos. Se esses médicos estivessem nos consultórios, atendendo nos centros de saúde, a saúde estaria diferente na minha cidade. Não está. Entenderam?

Acho que o governo precisa nos ouvir. Se houver alguém do governo aqui... O Igor é um cara que eu admiro.

Isso é uma vergonha! O Secretário não ouve ninguém. Se ele não me ouve, que sou da saúde, ele não vai ouvir vocês nunca.

Veio um cara lá do Maranhão – não sei nem de onde ele é – para decidir a saúde em Brasília, e não nos ouve, que somos da saúde. Não ouve sindicato, não ouve Deputado, não ouve nada. A verdade é essa. E o limite chegou. É isto aí: chega de secretário que não tem compromisso, secretário que acha que é importante. Ele tem que ouvir a comunidade! Não ouve sindicato, nem Deputado, nem nada.

A saúde está uma vergonha no Distrito Federal!

Muito obrigado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 02 2016	15h33min	2ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LIRA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, está vendo? Será que é invenção de mais um Deputado?

Eu faço um desafio, vamos fazer aqui um teste: há cinco Deputados aqui, vamos ligar para o Secretário de Saúde para ver se ele atende. Vamos tentar!

Qual é o DDD do Maranhão? Se tiver o DDD do Maranhão, talvez ele atenda. Agora, ligue daqui algum Deputado que queira tratar da questão da saúde pública do Distrito Federal. Onde as pessoas estão morrendo na fila do hospital? Vamos ver se ele atende!

Eu nunca liguei para ele porque tenho vergonha na cara. Os colegas também têm, tenho certeza absoluta disso, mas precisam ligar. Se eu ligar e ele não atender, podem saber que, da tribuna, o pau vai cantar. Como eu já sei que ele não costuma atender, estou evitando ligar para ele. Agora, liguem! Vamos fazer um teste aqui. Façam o teste!

Deputado Julio Cesar, V.Exa. tem um telefone vermelho? Vou pedir para o Deputado me emprestar o telefone dele. Eu vou ligar nessa porra hoje.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LIRA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu posso mostrar a V.Exas. que, na segunda-feira, pela manhã, eu pedi uma audiência junto ao secretário, porque recebi algumas pessoas, Deputado Wellington Luiz, no meu gabinete. Elas me trouxeram a informação de que em torno de 60% dos órgãos doados – o governo faz muita campanha para doação de órgão – se perdem por falta de logística.

Eu pedi uma audiência com o secretário para tratar sobre esse assunto. Na segunda-feira, pela manhã, a secretária retornou a ligação e disse que ele não faria atendimentos esta semana. O Secretário não tem horário esta semana, Deputado Wellington Luiz, para tratar sobre transplantes.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LIRA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só para informar que o Líder do Governo acabou de ligar para o Secretário de Saúde, e o telefone estava desligado. Só para corroborar com o Deputado Wellington Luiz.

Sr. Presidente, eu queria também trazer aqui um tema que eu acho importante, não sobre a saúde, mas sobre a segurança pública. Parece-me que tanto



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 02 2016	15h33min	2ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

a polícia militar quanto o bombeiro não têm respeitado o limite de 80% do efetivo nas ruas.

Parece-me que isso já está no Tribunal de Contas, já existe uma representação, e eu queria encaminhar junto com o pleito da Casa esse pedido de informação tanto para a polícia militar quanto para o bombeiro, para saber qual o efetivo que está na rua, porque pela lei seria no mínimo 80%, e as informações que chegaram ao meu gabinete é que não estão conseguindo manter esse efetivo mínimo nas ruas. Ou seja, essa diferença estaria lotada em quartéis, serviços administrativos, requisitados, enfim.

Na segurança pública – não diria nem tanto pelos bombeiros –, temos visto os problemas que estamos enfrentando.

Farei um requerimento e gostaria de contar com o apoio deste Plenário e de V.Exa. para fazer o encaminhamento às corporações a fim de termos esses dados de maneira oficial.

PRESIDENTE (DEPUTADO LIRA) – Será feito o encaminhamento.

DEPUTADO JUAREZÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LIRA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JUAREZÃO (PRTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só respondendo ao Deputado Wellington Luiz, eu tenho vergonha na cara.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Eu sei, Deputado.

DEPUTADO JUAREZÃO (PRTB. Sem revisão do orador.) – Eu vou ligar para ele todo dia, nem que ele não me retorne. Ele só me retorna quando eu falo com o Igor ou com o Governador, aí ele me liga. Mas só ligar também, para não resolver...

Eu tenho que ser sincero, tenho que ser honesto: o Governador e o Igor, eles me retornam, mas não se resolve nada, Igor. Eu não vou falar isso para o Governador, mas você pode falar que ele não resolve nada, ele não quer saber de Deputado. Eu acho que ele tem um padrinho muito grande. Ele não tem compromisso com a Câmara e nem com ninguém.

Muito obrigado.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LIRA) – Concedo a palavra a V.Exa..

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só quero sugerir aos Deputados para não ligarem agora, porque o Igor está dando cola para o Secretário ligar e atender o Deputado. Então, que o Deputado ligue daqui meia hora, que eu quero ver se ele atenderá.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 02 2016	15h33min	2ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

PRESIDENTE (DEPUTADO LIRA) – Concedo a palavra a V.Exa..

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, imagino que o Juarezão ligou no recesso, e a Câmara em recesso é igual a leão sem dente: só baba, não morde. Agora eles começarão a atender, é natural. Esse é um processo natural.

PRESIDENTE (DEPUTADO LIRA) – Aproveito o ensejo para dizer que agora no recesso eu estive, de surpresa, em São Sebastião, na UPA de São Sebastião. E constatei a seguinte realidade: um único médico, que já tinha cumprido o seu plantão e naquele horário já era para ter sido rendido, mas não foi, porque o médico que iria substituí-lo simplesmente falou que não iria para a UPA naquele momento, ou seja, não iria à tarde, e com isso ele teria que dobrar o período.

Fora da UPA havia em torno de trinta pessoas, além das pessoas que ele já estava atendendo na parte interna da UPA. Havia pacientes com problemas cardíacos, crianças, idosos em situação crítica.

Naquela ocasião, constatei que apenas cinco enfermeiras davam plantão naquele momento, e o coordenador do dia, a pessoa que estava responsável pela coordenação, também não compareceu. Constatei também que esse era um caso corriqueiro.

Na ocasião, liguei para o Secretário de Saúde várias vezes, e ele também não me atendeu. Liguei para os seus assessores mais próximos e ninguém me atendeu. De modo que tive que apelar para o Igor Tokarski, Secretário de Governo aqui na Câmara, e ele, realmente, de imediato, ligou para o Governador. Eu sei que, meia hora depois, apareceu, pelo menos, o coordenador da UPA para dar plantão.

Sei também que alguma coisa melhorou no dia seguinte, mas dois dias depois o problema da UPA de São Sebastião continua. A situação é caótica, os pediatras que o Secretário de Saúde prometeu enviar a São Sebastião, até agora, em janeiro de 2016, não apareceram. Foram nomeados 65 enfermeiros que foram distribuídos para outras cidades. Para São Sebastião não foi nenhum.

Aqui, peço ao nobre Secretário Igor Tokarski que, mais uma vez, leve o comunicado ao governador de que a UPA de São Sebastião pede socorro, a pediatria de São Sebastião precisa ser reaberta e a cidade de São Sebastião precisa ser atendida como um todo, ou seja, a cidade pede socorro.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LIRA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Lira, pode ter certeza de que esse problema que aconteceu em São Sebastião é algo muito grave, assim como outras coisas acontecendo em Brasília.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 02 2016	15h33min	2ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

Pode ter certeza de que levarei até o governador essas questões e a queixa que os Deputados aqui fazem em relação a esse comportamento do Secretário de Saúde, pois realmente é inadmissível ocorrer num lugar como Brasília. Acho que esta Casa merece respeito. Todos os Deputados não vão ligar para brincar. Na verdade, S.Exas. ligam porque realmente há uma necessidade, um problema, e isso não pode acontecer.

O próprio governador tinha se comprometido com que todo o secretariado estaria sempre disponível aos Deputados que quisessem entrar em contato com os secretários. Infelizmente, o Secretário de Saúde não está procedendo dessa maneira. Há que se ressaltar que os demais secretários sempre têm sido solícitos.

Realmente estarei hoje, sem dúvida alguma, passando isso ao governador e falando que realmente os Deputados desta Casa merecem todo o respeito e toda a consideração, porque realmente são pessoas que foram eleitas pelo povo, e o povo tem confiado em suas mãos o mandato. Realmente, V.Exas. têm que ser valorizados e levarei isso ao governador hoje.

PRESIDENTE (DEPUTADO LIRA) – Obrigado, Deputado Julio Cesar.

Convido o Deputado Cristiano Araújo para secretariar os trabalhos.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO LIRA) – O Expediente lido vai à publicação.

Esta Presidência informa que, em virtude de obras realizadas ao lado do plenário, não serão disponibilizadas notas taquigráficas da sessão ordinária de hoje.

Como não há mais *quorum* para dar continuidade a esta sessão, eu a declaro encerrada.

Muito obrigado.

(Levanta-se a sessão às 17h13min.)